

Henry David
Thoreau

A desobediência civil

Tradução de
JOSÉ GERALDO COUTO



Copyright da tradução © 2012
by Penguin—Companhia das Letras

Penguin and the associated logo and trade dress are registered
and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or
Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

TÍTULO ORIGINAL
Civil Disobedience

CAPA E PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA
Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO
Fernanda Windholz

REVISÃO
Huendel Viana
Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thoreau, Henry David, 1817-1862.

A desobediência civil / Henry David Thoreau ; tradução
José Geraldo Couto. — São Paulo: Penguin Classics Compa-
nhia das Letras, 2012.

Título original: *Walden and civil disobedience*.
ISBN 978-85-63560-51-3

1. Desobediência civil 2. Resistência ao governo 1. Título.

12-10433

CDD-322.4

Índice para catálogo sistemático:

1. Desobediência civil: Ciência política 322.4
2. Movimentos de resistência: Ciência política 322.4

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501
www.penguincompanhia.com.br
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

A desobediência civil	7
Onde vivi, e para quê	39
A escravidão em Massachusetts	60
Caminhar	81
Vida sem princípios	124

A desobediência civil¹

[1849]

Aceito de bom grado a divisa “O melhor governo é o que menos governa”,² e gostaria devê-la aplicada de modo mais rápido e sistemático. Levada a cabo, ela resulta por fim nisto, em que também acredito: “O melhor governo é o que absolutamente não governa”, e quando os homens estiverem preparados para tanto, esse será o tipo de regência que terão. Na melhor das hipóteses, o governo não é mais que uma conveniência; mas a maioria deles é, em geral (e alguns o são às vezes), inconveniente. As objeções levantadas contra um exército permanente — e elas são muitas e convincentes, e merecem se impor — podem também ser levantadas afinal contra um governo permanente. O exército permanente é somente um braço do governo permanente. O governo em si, que é apenas o modo que o povo escolheu para executar sua vontade, está igualmente sujeito ao abuso e à perversão antes que o povo possa agir por meio dele. Prova disso é a atual guerra mexicana, obra de relativamente poucos indivíduos que usam o governo permanente como seu instrumento, pois, desde o princípio, o povo não teria consentido semelhante iniciativa.³

O que é este governo americano senão uma tradição, ainda que recente, empenhada em se transmitir intacta à posteridade, mas a cada instante perdendo um pouco de sua integridade? Não tem a vitalidade e a força de um

único homem vivo, pois um único homem pode dobrá-lo à sua vontade. É uma espécie de revólver de brinquedo para o próprio povo.⁴ Mas nem por isso é menos necessário; pois o povo precisa dispor de um ou outro maquinário complicado, e ouvir seu estrondo, para satisfazer sua ideia de governo. Os governos nos mostram, desta maneira, com que êxito os homens podem ser subjugados, inclusive por si mesmos, em proveito próprio. É ótimo, devemos todos admitir. No entanto, esse governo nunca levou a cabo empreendimento algum, a não ser pela presteza com que deixa livre o caminho. Não é *ele* que mantém o país livre. Não é *ele* que coloniza o Oeste. Não é *ele* que educa. O caráter inerente ao povo americano é que fez tudo o que se conseguiu até agora, e teria feito ainda pouco mais, se o governo às vezes não atrapalhasse. Pois o governo é um expediente mediante o qual os homens, de bom grado, deixariam uns aos outros em paz; e, como foi dito, quanto mais conveniente ele for, mais os governados serão deixados em paz. O comércio e os negócios, se não fossem feitos de borracha da Índia, nunca conseguiram saltar os obstáculos que os legisladores estão pondo o tempo todo em seu caminho. Se julgássemos esses homens apenas pelos resultados de suas ações, e não por suas intenções, eles mereceriam ser enquadrados e punidos junto com as pessoas malévolas que obstruem as estradas de ferro.

Mas, para falar em termos práticos e me expressar como cidadão, à diferença daqueles que se dizem antigovernistas, eu não peço a imediata abolição do governo, mas um que seja melhor *agora mesmo*. Que cada homem faça saber qual é o tipo de governo capaz de conquistar seu respeito, e isso já será um passo na direção de alcançá-lo.

Afinal, quando o poder está nas mãos do povo, a razão prática pela qual uma maioria tem permissão para governar (e assim o faz por um longo período) não é

o fato de essa maioria provavelmente estar certa, nem tampouco que isso possa parecer mais justo à minoria, mas sim porque ela é fisicamente mais forte. Mas um governo no qual a decisão da maioria se impõe em todas as questões não pode ser baseado na justiça, mesmo no entendimento limitado que os homens têm desta. Não poderia existir um governo em que não são as maiorias que decidem virtualmente tudo o que é certo e errado, e sim a consciência? No qual as maiorias decidissem apenas as questões em que fosse aplicável a regra da conveniência? Será que o cidadão deve, ainda que por um momento e em grau mínimo, abrir mão de sua consciência em prol do legislador? Nesse caso, por que cada homem dispõe de uma consciência? Penso que devemos ser primeiro homens, e só depois súditos. Não é desejável cultivar tanto respeito pela lei quanto pelo que é direito. A única obrigação que tenho o direito de assumir é a de fazer em qualquer tempo o que julgo ser correto. Já se disse, com muita razão, que uma corporação não tem consciência alguma; mas uma corporação de homens conscientes é uma corporação *com* uma consciência. A lei nunca tornou os homens sequer um pouquinho mais justos; e, por força de seu respeito por ela, até mesmo os mais bem-intencionados são convertidos diariamente em agentes da injustiça. Um resultado comum e natural do respeito indevido pela lei é que se pode ver uma fila de soldados, coronel, capitão, cabo, recrutas, carregadores de explosivos e tudo o mais, marchando em ordem admirável pelos caminhos mais tortuosos para a guerra, contra sua vontade, pior ainda, contra sua sensatez e sua consciência, o que torna a marcha realmente muito dura e faz o coração palpitar. Eles não têm dúvida de que estão envolvidos numa atividade execrável; são todos de inclinação pacífica. Então, o que eles são? Homens, na acepção do termo? Ou casamatas e paóis ambulantes, a serviço de algum homem inescru-

puloso no poder? Basta visitar o estaleiro da Marinha e contemplar um fuzileiro naval, assim é um homem que um governo norte-americano é capaz de produzir, ou transformar com sua magia negra — uma mera sombra ou reminiscência de humanidade, um homem deixado vivo e em pé, mas já, poderíamos dizer, enterrado sob armas com acompanhamento fúnebre, embora talvez seja o caso de que:

Nenhum tambor se ouviu, nem nota fúnebre,
Enquanto para a vala seu corpo foi levado;
Nenhum soldado disparou seu tiro de adeus
Sobre a cova onde nosso herói foi enterrado.⁵

Assim, a massa de homens serve ao Estado não na qualidade de homens, mas como máquinas, com seus corpos. São o exército permanente, as milícias, os carceiros, os policiais, os membros de destacamentos⁶ etc. Na maioria dos casos, não há, em absoluto, o livre exercício do julgamento ou do senso moral; ao contrário, eles se rebaixam ao nível da madeira, da terra e das pedras; e homens de madeira talvez pudesse ser manufaturados para servir aos mesmos propósitos. Não suscitam mais respeito que espantalhos ou bonecos de lama. Têm valor comparável ao de cavalos ou cães. No entanto, homens assim são geralmente estimados como bons cidadãos. Outros — como a maioria dos legisladores, políticos, advogados, ministros e funcionários públicos — servem ao Estado sobretudo com a cabeça; e, como raramente fazem qualquer distinção moral, podem tanto servir ao Diabo, sem ter a *intenção*, como a Deus. Pouquíssimos — tais como os heróis, patriotas, mártires, reformadores em sentido amplo e *homens* — servem ao Estado também com sua consciência, e portanto necessariamente resistem a ele a maior parte do tempo; e costumam ser tratados por ele como inimigos. Um homem sábio só

será útil na condição de homem, e não se rebaixará a ser “barro” e “tapar um buraco para deter o vento”,⁷ mas deixará esta tarefa, quando muito, para suas cinzas:

Tenho origem nobre demais para me submeter a outro,
Para ser subordinado no comando,
Ou serviçal e instrumento útil
A qualquer estado soberano mundo afora.⁸

Aquele que se entrega inteiramente a seus semelhantes é visto por estes como inútil e egoísta; mas aquele que se entrega parcialmente é considerado um benfeitor e filantropo.

Qual é o comportamento que convém a um homem com relação ao governo norte-americano atual? Respondo que ele não pode, sem se desonrar, associar-se a ele. Não posso, nem por um instante, reconhecer como *meu* governo essa organização política que é também o governo do *escravo*.

Todos os homens reconhecem o direito de revolução; isto é, o direito de recusar obediência ao governo, e de resistir a ele, quando sua tirania ou sua ineficiência são grandes e intoleráveis. Mas quase todos dizem que não é esse o caso agora. No entanto, tal era o caso, julgam eles, na Revolução de 75.⁹ Se alguém me dissesse que aquele era um mau governo porque taxava certos bens estrangeiros trazidos a seus portos, é muito provável que eu não me importasse, já que posso passar sem eles. Todas as máquinas têm sua fricção, e possivelmente isso tem um efeito suficientemente bom para contrabalançar o ruim. De qualquer modo, é um grande mal fazer alvoroço em torno disso. Mas quando a fricção passa a comandar a máquina, e a opressão e a ladroagem são organizadas, eu digo: Não vamos mais manter essa máquina. Em outras palavras, quando um sexto da população do país que se apresenta como refúgio da liberdade é com-

posto de escravos, e uma nação inteira é injustamente atacada, conquistada por um exército estrangeiro e submetido à lei militar, penso que não é cedo demais para os homens honestos se rebelarem e fazerem a revolução. O que torna ainda mais urgente esse dever é o fato de que o país assim atacado não é o nosso, pois nosso é o exército invasor.

Paley, uma notória autoridade em questões morais, em seu capítulo sobre o “Dever de submissão ao governo civil”, reduz toda a obrigação civil à conveniência; e prossegue dizendo que

só enquanto o interesse de toda a sociedade assim o exigir, isto é, só enquanto não se puder resistir ao governo estabelecido ou mudá-lo sem inconveniência pública, é vontade de Deus que o governo estabelecido seja obedecido. Admitido esse princípio, a justeza de cada caso particular de resistência se reduz ao cálculo, por um lado, da quantidade de perigo e calamidade que ele encerra, e, por outro, da probabilidade e do custo de remediá-la.¹⁰

Quanto a isso, diz ele, cada homem deve julgar por conta própria. Mas Paley parece não ter jamais contemplado aqueles casos aos quais a regra da conveniência não se aplica, nos quais um povo, bem como um indivíduo, precisa fazer justiça, custe o que custar. Se eu, injustamente, arranquei à força a tábua de salvação de um homem que estava se afogando, devo devolvê-la mesmo que eu me afogue. Isso, de acordo com Paley, seria inconveniente. Mas aquele que quer salvar sua vida dessa maneira deve perdê-la.¹¹ Este povo deve parar de manter escravos, e de guerrear contra o México, ainda que isso custe a ele sua existência como povo.

Em sua prática, as nações concordam com Paley; mas será que alguém julga que Massachusetts faz exatamente o que é certo na crise atual?

Uma meretriz de classe, uma rameira com roupa de prata
Ergue a cauda do vestido, e arrasta a alma na lama.¹²

Falando em termos práticos, os adversários de uma reforma em Massachusetts não são 100 mil políticos do Sul, mas 100 mil comerciantes e fazendeiros daqui, que estão mais interessados no comércio e na agricultura do que na humanidade, e não estão preparados para fazer justiça aos escravos e ao México, *custe o que custar*. Não discuto com inimigos distantes, mas com aqueles que, perto da minha casa, obedecem e cooperam com os que estão longe, e que sem eles seriam inofensivos. Estamos habituados a dizer que as massas são despreparadas; mas o aprimoramento é lento, porque a minoria não é essencialmente mais sábia ou melhor que a maioria. Mais importante do que haver muitos que sejam bons como você é haver em algum lugar a excelência absoluta, pois isso fará fermentar a massa como um todo.¹³ Há milhares que se opõem *em tese* à escravidão e à guerra, mas que nada fazem efetivamente para pôr fim a elas. Há muitos que, considerando-se filhos de Washington e Franklin, ficam sentados de braços cruzados e dizem não saber o que fazer, e nada fazem; muitos que até mesmo subordinam a questão da liberdade à questão do livre-comércio, e que leem tranquilamente, depois do jantar, as cotações do dia junto com as últimas notícias vindas do México, e possivelmente adormecem sobre ambas. Quanto vale um homem honesto e patriota nos dias de hoje? Eles hesitam, lamentam e às vezes reivindicam; mas não fazem nada a sério e para valer. Esperarão, com boa vontade, que outros curem o mal, para que eles não mais tenham que lastimá-lo. Na melhor das hipóteses, eles se limitarão a dar um voto fácil, um débil apoio e um desejo de boa sorte aos corretos, quando a ocasião se apresentar. Há 999 arautos da virtude para cada homem virtuoso. Porém é mais fácil lidar com o real possuidor de uma coisa do que com seu guardião temporário.